

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 152/XIII/4.<sup>a</sup> SL

Aos 5 dias do mês de dezembro de 2018, pelas 11.00 horas, reuniu na Sala 7 do Palácio de S. Bento a Comissão de Defesa Nacional (CDN), na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 149 e 150/XIII/4.<sup>a</sup> SL;
2. Apreciação e votação das Notas de Admissibilidade e nomeação de relatores referentes às seguintes petições:  
[Petição n.º 553/XIII/4.<sup>a</sup>](#) - Solicitam a reintegração de ex-militares pilotos da Força Aérea Portuguesa nos quadros permanentes - (Cabe ao GP BE)  
[Petição 560/XIII/4.<sup>a</sup>](#) - Solicitam igualdade na contagem do tempo de serviço de ex-militares - (Cabe ao GP CDS-PP);
3. Deliberação sobre o destino a dar aos documentos remetidos pela PGR, sujeitos ao segredo de justiça no âmbito do processo de Tancos, que estão à guarda da CDN.

Aberta a reunião pelo Presidente da Comissão, Senhor Deputado Marco António Costa (PSD), foram submetidas à apreciação da Comissão a atas n.ºs 149 e 150/XIII/4.<sup>a</sup> SL, tendo sido aprovadas por unanimidade.

No ponto 2 da Ordem de Trabalhos foram apreciadas, e aprovadas por unanimidade, as notas de admissibilidade referentes à [Petição n.º 553/XIII/4.<sup>a</sup>](#) - Solicitam a reintegração de ex-militares pilotos da Força Aérea Portuguesa nos quadros permanentes – e à [Petição 560/XIII/4.<sup>a</sup>](#) - Solicitam igualdade na contagem do tempo de serviço de ex-militares -, tendo sido nomeados os respetivos relatores: para a primeira o Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) e para a segunda o Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP).

Seguidamente, e já no ponto 3 - destinado a deliberar acerca do destino a dar aos documentos remetidos pela Procuradoria-Geral da Republica (PGR) sujeitos ao segredo de justiça no âmbito do processo de Tancos e que estão à guarda da CDN -, o Presidente da Comissão começou por fazer uma resenha dos desenvolvimentos ocorridos desde a resposta da PGR enviada em 11 de

## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

outubro - na sequência do pedido de esclarecimentos acerca das condições do levantamento do segredo de justiça do documento enviado à Comissão em resposta ao requerimento apresentado pelo do CDS-PP e aprovado em reunião da CDN que lhe foi dirigido -, bem como da troca de e-mails entre os Senhores Vice-presidentes e Coordenadores sobre a disponibilização dos documentos aos Senhores Deputados. Recordou que, com a constituição da Comissão de Inquérito (CPI), as competências da CDN quanto no Caso de Tancos se esgotam. Por outro lado, alertou para a o especial respeito pelo segredo de justiça que deve ter quem venha a consultar os documentos. Informou que a posição do BE e do PCP é a de que os documentos deveriam ser devolvidos à PGR e colocou essa proposta a discussão referindo que, na sua opinião, e independentemente da solução aprovada, deveria ser solicitada a posição da PGR, designadamente acerca da possibilidade e as condições de serem disponibilizados à Comissão de Inquérito.

A discussão desta proposta, e do facto de ter sido agendada, teve a oposição do Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP), defendendo que os documentos pertencem à CDN e que se fosse aprovada a sua devolução à PGR isso significaria voltar atrás com a deliberação tomada pela Comissão, recordando que teve origem num requerimento do CDS-PP, e que não existe fundamento legal ou regimental para o efeito.

Esta intervenção motivou uma troca de argumentos com o Senhor Deputado Ascenso Simões (PS), que entendia dever ser imediatamente votada a proposta do PCP e BE.

O Senhor Presidente afirmou que nada impede que a Comissão delibere em sentido diferente de uma deliberação anterior e informou que a inclusão do ponto na OD tinha sido solicitado pelo PS.

Intervieram de seguida os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP) – que afirmou que a sua posição foi anterior à da constituição da CPI, mas reconhece que agora a situação é delicada, pois não pode ignorar que o assunto foi tratado por diferentes Procuradoras-gerais, a primeira enviou os documentos, mas os esclarecimentos foram enviados pela que lhe sucedeu no cargo. Assim, propõe que seja novamente perguntado ao titular da ação penal se a CPI pode utilizar os documentos e se o segredo se mantém, pelo que o melhor seria devolver os documentos à PGR e a própria CPI solicitar-lhe o que entendesse necessário ao inquérito.

O Senhor Deputado Luís Pedro Pimentel (PSD) concordou com a posição de que o assunto tem de ser tratado com cautela e concorda com a proposta do Presidente. Proposta com a qual o Senhor Deputado Ascenso Simões (PS) também declarou concordar. Já o Senhor Deputado João

## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Vasconcelos (BE) afirmou que as Comissões têm objetos diferentes e não lhe parece muito adequado que os documentos andem a circular entre elas.

Por outro lado, o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) entendeu não existir divergência entre o entendimento das duas Procuradoras e que qualquer dos membros da CDN tem o direito de os consultar os documentos, assumindo a responsabilidade, caso haja alguma fuga. Por outro lado, entende que é um desrespeito para com a AR, enquanto órgão de soberania, prescindir de um direito, pelo que os documentos não deveriam ser devolvidos à PGR mas sim enviados à CPI. Mas se a decisão for a de perguntar se podem transitar para aquela comissão, devem também questionar-se os termos em que deve ser feita a consulta e os aspetos condicionantes do segredo de justiça, não discordando assim da proposta do Presidente.

O Senhor Presidente fez a síntese, afirmando que os documentos devem, em primeiro lugar, ser requeridos pela CPI, após o que a CDN deverá promover o pedido de pronúncia por parte da PGR no sentido de apurar se se podem enviar e que cautelas devem ser tidas quanto ao envio e manuseamento. Caso a resposta seja no sentido de não poderem ser entregues à CPI, a CDN deve reunir e debater a respetiva devolução.

Colocada a votação a proposta consensualizada foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Deputado Ascenso Simões (PS) afirmou, porém, que até decisão da PGR os documentos não deveriam poder ser consultados. O Senhor Presidente recordou que nunca foram consultados exceto quando foram por ele abertos e logo novamente selados e que neste momento seria do interesse da CDN que não fossem condutados. O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) porém interveio para afirmar que não prescinde do seu direito de membro da CDN de os consultar nos termos e condições constantes da clarificação prestada pela PGR.

O Senhor Presidente declarou que o não poderia impedir e o Senhor Deputado Ascenso Simões (PS) declarou que seria mais avisado que os Deputados que não pertençam à CPI fossem impedidos de os consultar. Os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP) e João Vasconcelos (BE) declaram não querer consultar os documentos enquanto Deputados da CDN, mas quem efetivamente o Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) tem esse direito.

Como nota final, o Presidente da Comissão recordou que a CDN tem tido a capacidade de reserva e de cautela no tratamento dos documentos confidenciais e os Senhores Deputados que a integram estão conscientes disso.

## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Finalmente informou que no dia 12 de dezembro, pelas 11h30, teria lugar uma reunião conjunta com a comissão De assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, para a Audição do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa para apresentação do Parecer sobre o funcionamento do SIRP referente ao ano de 2017.

A reunião foi encerrada às 12H15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de dezembro de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(MARCO ANTÓNIO COSTA)

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro

Ascenso Simões

Bruno Vitorino

Idália Salvador Serrão

João Rebelo

João Soares

João Vasconcelos

Jorge Gomes

Jorge Machado

José de Matos Correia

Leonel Costa

Luís Pedro Pimentel

Marco António Costa

Miranda Calha

Vitalino Canas

Maria da Luz Rosinha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão

Firmino Pereira

Miguel Coelho

Pedro Filipe Soares

Rosa Maria Bastos Albernaz

Rui Silva

Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Roque



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL